

Tributo à Família Imperial e ao Príncipe Dom Antônio: Legado, Cultura e Memórias Musicais

Por Dr. Handel Cecilio

“Artigo dedicado Sua Alteza Real e Imperial Dom Antônio de Orleans e Bragança”



A monarquia desperta fascínio e interesse em diferentes épocas e culturas, estando enraizada em histórias de reinos antigos, glórias imperiais e mitos de soberania. Mais do que um regime político, a monarquia permeia o imaginário coletivo com símbolos de poder, tradição, linhagens dinásticas e o papel central de reis e rainhas, cuja autoridade, em muitas sociedades, representava não apenas o governo terreno, mas também uma conexão com o divino. Desde as cortes sumptuosas da Europa até os vastos impérios das Américas pré-colombianas, a figura real exerce uma influência que transcende a política, moldando identidades culturais, narrativas históricas e expressões artísticas.

Nas Américas, as sociedades pré-colombianas desenvolveram estruturas políticas sofisticadas, muitas vezes lideradas por reis, imperadores e nobres que desempenhavam papéis centrais em seus governos. No Império Asteca, sob a liderança do Huey Tlatoani, a nobreza "Pipiltin" era responsável por tarefas administrativas e militares. Os Incas, governados pelo Sapa Inca, um imperador com status divino, administravam um vasto território com o apoio de elites familiares e clãs nobres chamados Panacas. Entre os maias, a organização em cidades-estados era marcada por reis conhecidos como Ajaw, assistidos por uma classe nobre encarregada de funções militares e cerimoniais. Outras culturas, como os Chimú no Peru e as chefaturas Mississípianas na América do Norte, também exibiam formas de governo hierárquicas. Nas regiões do Caribe e da Amazônia, chefaturas regionais revelavam a diversidade das formas de governança, evidenciando a adaptação do poder político e social aos contextos locais.

Durante o século XIX, o Brasil foi o único país das Américas pós-colombianas a sediar governos legítimos monárquicos, incluindo um governo real e dois imperiais. Em 1808, em decorrência das invasões napoleônicas na Europa, a Família Real Portuguesa, sua Corte e toda a estrutura administrativa do Estado Português foram transferidas para o Brasil, estabelecendo a sede da Monarquia Portuguesa. Enquanto

Napoleão esperava subjugar Portugal e capturar a monarquia, Dom João VI conseguiu escapar, levando consigo o núcleo do poder político e administrativo do reino. Assim, o império português não foi destruído; pelo contrário, foi fortalecido no Brasil. Esse movimento revelou-se uma jogada diplomática astuta e inesperada, frustrando os planos de Napoleão. Conforme mencionado em palestras de Dom Bertrand de Orleans e Bragança, a transferência da Família Real para o Brasil era considerada definitiva. No entanto, foram pressionados a retornar a Portugal devido a uma série de fatores políticos e sociais que culminaram na Revolução Liberal do Porto, em 1820.

Nesse contexto, Dom João VI aboliu o regime colonial, elevando o Brasil à condição de Brasil Corte. A Capela Real Portuguesa foi oficialmente transferida para o Brasil por meio de um Alvará Real emitido em 15 de junho de 1808, sendo instalada na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no Rio de Janeiro. O mesmo Alvará transferiu o Cabido, transformando a capela na Sé Catedral da cidade. Em 16 de dezembro de 1815, por força de lei, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, tornando-se a Metrópole Constitucional dos Portugueses. Nesse período, investimentos significativos foram realizados na Capela Real, incluindo a construção de um novo órgão de tubos pelo organeiro português Antônio José de Araújo, além do apoio a músicos e à produção musical da Real Capela do Rio de Janeiro. A preocupação com a qualidade do Culto Divino foi mantida durante os períodos Real e Imperial brasileiros. No entanto, durante o Período Imperial, os recursos disponíveis já não eram suficientes para manter o nível de excelência no Culto Divino na Capela Real, uma característica marcante das várias dinastias do Reino de Portugal.

A Capela Real do Rio de Janeiro tornou-se o mais importante centro musical do Reino de Portugal. Após a independência, no período imperial brasileiro, a Capela Real passou a ser chamada de Capela Imperial, sendo palco de eventos históricos únicos nas Américas, como: a coroação de Dom João VI como Rei de Portugal (20 de março de 1816), após o falecimento da Rainha D. Maria I em 1816; o casamento de Dom Pedro I com Dona Leopoldina (6 de novembro de 1817); a Sagração e Coroação do Imperador Dom Pedro I (1º de dezembro de 1822)ⁱ; o segundo casamento de Dom Pedro I com a Princesa Amélia de Leuchtenberg (2 de agosto de 1829); a sagração e coroação de Dom Pedro II (18 de julho de 1841) e seu casamento com Dona Teresa Cristina (4 de setembro de 1843); e o casamento da Princesa Isabel com o Conde D'Eu (15 de outubro de 1864).

O Primeiro Reinado (1822-1831) começou com a Proclamação da Independência por Dom Pedro I, em 7 de setembro de 1822, sendo marcado pela consolidação da soberania do Brasil. Em 1824, foi outorgada a primeira Constituição, que estabeleceu um governo centralizado e conferiu amplos poderes ao imperador. O período enfrentou desafios, como tensões políticas, revoltas regionais e dificuldades econômicas, culminando com a abdicação de Dom Pedro I em 1831, devido à crescente insatisfação popular e ao desgaste político. Após sua abdicação, o Brasil foi governado por regências (1831-1840) até que seu filho, Dom Pedro II, atingisse a maioridade. Este período foi caracterizado por instabilidade e rebeliões em diversas províncias, como a Cabanagem, a Farroupilha e a Sabinada, refletindo tensões políticas e sociais. Em 1840, ocorreu o "Golpe da Maioridade", que antecipou a coroação de Dom Pedro II, com apenas 14 anos, na tentativa de trazer estabilidade ao país.

Sob o governo de Dom Pedro II, o Segundo Reinado (1840-1889), o Brasil viveu um período de relativa estabilidade política, crescimento econômico e modernização. Foi marcado pela expansão cafeeira, construção de infraestrutura (como ferrovias e telégrafos) e o fortalecimento da política externa. Dom Pedro II era um intelectual e um grande defensor da educação. Durante seu governo, fundou e apoiou instituições científicas, culturais e educacionais, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Observatório Nacional e escolas de engenharia e medicina. A criação do Imperial Observatório Astronômico do Rio de Janeiro foi um marco no avanço das ciências exatas no país. Contudo, questões como o sistema escravocrata e as pressões pela abolição da escravidão geraram tensões sociais. Em 1888, a Lei Áurea, que aboliu a escravidão, foi assinada pela Princesa Isabel. O descontentamento das elites, aliado ao crescimento do movimento republicano e à insatisfação militar, levou ao fim do Império em 1889, com a Proclamação da República. O período imperial brasileiro deixou um legado de centralização política, reformas sociais e uma tentativa de construir um estado moderno em meio a desafios e transformações sociais e econômicas.

O Golpe e a Proclamação da República - No dia 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca liderou um levante militar que depôs o governo imperial. Dom Pedro II, surpreso pela rapidez dos acontecimentos. No sábado, dia 16, a família imperial estava sitiada no Paço, acompanhada por alguns amigos fiéis, quando foi informada, por meio de uma mensagem assinada por Deodoro, da derrubada da monarquia. Sem oferecer resistência, com poucas opções e para evitar derramamento de sangue, aceitou o exílio. Dom Pedro II e sua família partiram para a Europa em 18 de novembro de 1889, no período da noite, à uma hora da madrugada. A viagem de exílio foi organizada discretamente pelos militares, de modo a evitar manifestações populares e possíveis tumultos. O embarque foi realizado a bordo do navio "Alagoas", sob forte escolta, com o objetivo de assegurar que não houvesse resistência ou mobilização em favor da monarquia. O livro "D. Pedro II", de José Murilo de Carvalho, no capítulo 29, narra com profundidade os tristes e dolorosos momentos finais de uma família forçada a deixar o Brasil, e de um imperador que dedicou seu amor e sua vida a esta pátria. A reação popular no dia seguinte foi diversa. Embora a República tenha sido proclamada sem participação popular direta e com certa apatia em algumas regiões, há registros históricos de tristeza e luto em setores que ainda eram leais ao imperador. Dom Pedro II era respeitado por muitos devido à sua figura serena, honrada e intelectual, e algumas cidades decretaram luto pela sua partida. Dom Pedro II partiu resignado e, mesmo em seu exílio na Europa, manteve sua postura digna, aceitando seu destino com humildade. Quando Dom Pedro II foi deposto e exilado pelo novo governo republicano, foi-lhe oferecida uma quantia de 5 mil contos de réis dos cofres públicos como compensação financeira pelo confisco dos bens da família imperial e para ajudá-lo a se estabelecer no exílio. No entanto, Dom Pedro II recusou essa oferta. O imperador, que era conhecido por seu caráter austero e íntegro, não quis aceitar o dinheiro público oferecido pelo novo regime. Para muitos, seu comportamento sereno até o final simbolizou a era que terminava. Logo, o controle militar e a propaganda republicana trabalharam para consolidar rapidamente o novo regime, abafando expressões públicas de apoio ao imperador, enquanto o Brasil ingressava em uma nova etapa de incertezas e desafios políticos sob um regime republicano liderado por militares e, posteriormente, civis.

Pouco depois da partida do imperador e de sua família para o exílio, o governo republicano adotou medidas severas, que incluíram o sequestro de propriedades, bens móveis e imóveis pertencentes à família imperial. Entre os bens confiscados estavam o Paço Imperial, propriedades rurais, palácios e outros patrimônios, muitos dos quais foram convertidos em bens da União. Palácios, como o Palácio de São Cristóvão, foram convertidos para outros usos públicos, como museus. A medida visava desarticular rapidamente qualquer possibilidade de restauração monárquica e simbolizava a ruptura completa com o regime anterior. Dom Pedro II e seus descendentes não tiveram permissão para retornar ao Brasil e foram privados de seu patrimônio pessoal e histórico. O banimento só foi revogado em 1920, quando os restos mortais de Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina foram trazidos de volta ao Brasil para um enterro oficial.

Em pesquisas realizadas em jornais do período imperial em Maceió, Alagoas, durante meu doutorado, encontrei inúmeras referências ao apreço que a população brasileira demonstrava pelo monarca Dom Pedro II. Durante sua visita à capital, por ocasião da inauguração da Catedral Metropolitana, a Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, em 31 de dezembro de 1859, com a presença do Imperador Dom Pedro II e de sua esposa, a Imperatriz Teresa Cristina, a cidade parou, e todos foram recepcioná-los desde o Porto do Jaraguá até a porta da catedral. A cidade foi remodelada, e diversas construções foram realizadas em preparação para esse evento. A comissão responsável pela celebração frequentemente destacava nos jornais locais que "o povo alagoano ama a Monarquia, ama Dom Pedro II." Além disso, quando o imperador faleceu, foram celebradas missas de sétimo dia em Maceió, e os jornais relataram a profunda tristeza da população com sua morte.

Dom Pedro I, o primeiro imperador do Brasil, foi um grande entusiasta das artes e da música, exercendo um papel significativo no desenvolvimento cultural do país durante seu reinado. Músico talentoso, Dom Pedro I era compositor, tocava piano, cravo e flauta, além de ter uma paixão especial pela ópera. Entre suas composições, destacam-se o Hino da Independência e peças sacras e populares que revelam seu envolvimento direto com a música. O imperador incentivou o desenvolvimento das artes no Brasil por meio do apoio a músicos, artistas e iniciativas culturais. Ele promoveu concertos, incentivou a formação de bandas e orquestras, além de valorizar e integrar a música europeia ao contexto cultural brasileiro. A criação

de instituições como a Imperial Academia de Música e Ópera Nacional reflete seu empenho em desenvolver um ambiente artístico vibrante no país.

Dom Pedro II, o segundo e último imperador do Brasil, foi um notável patrono das artes, da ciência e da cultura, desempenhando um papel fundamental no florescimento cultural do país durante seu longo reinado. Intelectual e profundo admirador das expressões artísticas, incentivou a educação musical e o fortalecimento de instituições culturais, consolidando um legado duradouro nesse campo. Durante seu reinado, o apoio à música clássica e à formação de músicos foi notável, com instituições como o Conservatório de Música, criado por Dom Pedro I, ganhando maior destaque. Dom Pedro II patrocinou concertos, orquestras e eventos musicais, trazendo artistas renomados para o Brasil e promovendo a profissionalização do setor. Freqüentador assíduo de espetáculos musicais, teatros e eventos culturais, via a música como essencial para o progresso da nação. Além disso, foi um grande mecenas das artes, apoiando artistas como Carlos Gomes, cujo sucesso internacional com obras como "O Guarani" foi amplamente incentivado pelo imperador. Sua atuação como patrono e promotor cultural integrou o Brasil ao cenário artístico internacional, consolidando um ambiente cultural diversificado e de alta qualidade.

Embora a manutenção da monarquia britânica envolva custos significativos, eles são substancialmente inferiores aos de várias áreas do governo brasileiro contemporâneo. Além disso, tanto no Reino Unido quanto no Brasil imperial, os monarcas contribuíam com propriedades e fontes de renda próprias, que ajudavam a financiar despesas oficiais e a promover iniciativas culturais e sociais. No caso da monarquia britânica, isso é exemplificado pelo Crown Estate, cujas receitas beneficiam o Estado. Esses exemplos demonstram que altos custos de manutenção não são exclusivos dos sistemas monárquicos e que eles podem oferecer retornos significativos em termos de identidade cultural, turismo e desenvolvimento social. Para contextualizar adequadamente a questão, é importante mencionar que, assim como a monarquia britânica, os dois períodos imperiais brasileiros não representaram um peso excessivo para a população. Durante os Impérios de Dom Pedro I e Dom Pedro II, o Brasil vivenciou avanços significativos em áreas como infraestrutura, cultura e educação, com um orçamento público menos oneroso comparado a diversos setores governamentais atuais, como o Congresso Nacional. (Fonte: [CNNBrasil](#))

Durante meu doutorado pela UNICAMP/Universidade de Coimbra, realizei pesquisas sobre os órgãos, organistas e organeiros dos Mosteiros Beneditinos Brasileiros. Como membro do Círculo Monárquico do Brasil, solicitei a Dom Luiz Gastão de Orleans e Bragança (1938-2022), então chefe da Casa Imperial do Brasil e bisneto da Princesa Isabel, uma carta de apresentaçãoⁱⁱ ao Mosteiro Beneditino do Rio de Janeiro para acessar seus arquivos. Com grande prontidão, Dom Luiz redigiu uma carta de apresentação dirigida a Dom Roberto Lopes O.S.B., Abade Emérito do Mosteiro do Rio de Janeiro, que, com notável generosidade, disponibilizou os arquivos para minha pesquisa e me concedeu acesso ampliado em dois turnos diários. Além disso, ele ofereceu hospedagem e alimentação na Casa de Emaús, hospedaria do mosteiro, e, em ocasiões especiais, refeições na clausura como convidado, evidenciando a calorosa hospitalidade dos irmãos monges, tanto naquela ocasião quanto em cada retorno ao mosteiro. Com a autorização de Dom Roberto, conduzi um estudo minucioso sobre o órgão histórico do mosteiro, datado do século XVIII (1773), obra do organeiro brasileiro Agostinho Rodrigues Leite, resultando no único estudo detalhado sobre este instrumento, que trouxe à luz novas e até então desconhecidas informações.

Nesse mosteiro, tive a oportunidade de conhecer o irmão monge historiador Dom Mauro Fragoso, OSB, que me proporcionou um profundo entendimento do contexto e da cultura da ordem beneditina, além de me apresentar à vasta biblioteca do mosteiro, com obras que datam desde o século XVI. Ao prosseguir minhas pesquisas em outros mosteiros beneditinos brasileiros, fui igualmente recebido com a mesma hospitalidade e atenção. Assim, a monarquia brasileira, mesmo nos dias atuais, continua a apoiar as artes, a música e, mais recentemente, a pesquisa. Sem a carta de apresentação, minha trajetória teria sido muito diferente, pois não teria desfrutado de tamanha facilidade e acolhimento, especialmente em uma ordem eclesiástica tão reservada. Essa experiência destaca a importância do incentivo cultural promovido pela Casa Imperial brasileira, evidenciando como o apoio à pesquisa e ao conhecimento pode abrir portas que revelam novos capítulos da nossa história. Sou profundamente grato pelo apoio que abriu caminhos e possibilitou novas descobertas históricas. A inestimável ajuda da Família Imperial, por meio da carta de apresentação de Dom Luiz de Orleans e Bragança, foi fundamental para minhas pesquisas, permitindo-me

acessar os preciosos arquivos beneditinos, desbravar informações inéditas e alcançar o sucesso em minha tese de doutorado.

O motivo que me levou a escrever este artigo foi o recente falecimento de meu estimado amigo, Sua Alteza Imperial e Real, Dom Antônio João Maria José Jorge Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Orleans e Bragança, trineto de Dom Pedro II, e segundo na linha de sucessão ao trono, ocorrido em 8 de novembro de 2024, ocasião marcada pelo apoio e pelas honras prestadas pela Marinha do Brasil durante o velório, a cerimônia fúnebre e o sepultamento. Dom Antonio, sempre acompanhado por sua esposa, Dona Christine de Ligne, e seus filhos, os príncipes Dom Rafael e as princesas Dona Amélia e Dona Maria Gabriela, guardou em seu coração a memória de seu filho, o príncipe Dom Pedro Luiz. Em vida, Dom Antonio demonstrou uma dedicação exemplar à tradição, à família e à cultura, iluminando com gentileza e graça os encontros e eventos monárquicos que celebravam a história e os valores que ele tanto prezava.

Conviver com os membros dessa ilustre família nos encontros e eventos monárquicos sempre foi uma experiência marcada por gentileza, atenção e uma consideração especial pelo meu trabalho como músico. Durante meu doutorado em Portugal, em cada encontro monárquico, Dom Bertrand se destacava por sua cordialidade; mesmo quando eu não podia comparecer, ele sempre perguntava por mim com genuíno interesse. Recordo com carinho as celebrações dos 200 anos da chegada da Família Real ao Brasil, em 2008. Nesse evento, tive a honra de executar, durante a entrada da família para a missa realizada na Antiga Sé do Rio de Janeiro, antiga Capela Real, minha composição intitulada "Fanfarra Real", dedicada a essa nobre família. Após a missa e no decorrer das celebrações, entreguei a Dom Antonio, Dom Luiz e Dom Bertrand um exemplar da partitura desta obra, um gesto simbólico de minha admiração e respeito. Dom Antonio recebeu a partitura com um sorriso de sincera gratidão, demonstrando, com seu olhar atento e palavras gentis, o apreço profundo pela homenagem que lhe fora dedicada. Todos eles sempre demonstraram uma notável receptividade e atenção para com os músicos, um reflexo de seu apreço pela cultura e pela arte.

*Dr. Handel Cecilio – Organista e Pianista – Concertista Internacional
Professor de Música – Músico em eventos – www.handelcecilio.com*

ⁱ A figura deste artigo ilustra a Sagração e Coroação de Dom Pedro I pelo Bispo do Rio de Janeiro, José Caetano da Silva Coutinho, em 1º de dezembro de 1822, na capela do Paço Imperial. Pintura de Jean Baptiste Debret, 1828.

ⁱⁱ <https://handelcecilio.com/carta-do-principe-dom-luiz-de-orleans-e-braganca/>